

## BATALHA DO JENIPAPO: UM PATRIMÔNIO ESQUECIDO<sup>1</sup>

### BATTLE OF JENIPAPO: A FORGOTTEN PATRIMONY

Anne Kareninne Souza Castelo Branco<sup>2</sup>

**Resumo:** A Batalha do Jenipapo ocorreu em 13 de março de 1823 em Campo Maior no estado do Piauí. Ela se desencadeou pelas revoltas de grupos separatistas que lutavam pela independência do Brasil contra tropas portuguesas lideradas pelo Major Fidié. Este trabalho tem por objetivo evidenciar não apenas a batalha, mas todo o patrimônio gerado no pós-guerra e que foi esquecido, principalmente no contexto nacional. Entre o patrimônio existente decorrente do conflito estão o Cemitério do Batalhão, o Monumento do Batalhão e um museu que resguarda peças antigas e artefatos arqueológicos da batalha. Existe uma forte manifestação religiosa envolto do cemitério, onde as comunidades rezam e fazem seus pedidos e agradecimentos através dos ex-votos. Portanto, é importante entender como esse silêncio gerou tradições que evidenciaram a elite, encobertando os seus erros, colocando-os como os heróis.

**Palavras-chaves:** Patrimônio, Batalha Do Jenipapo, Memória.

---

**Abstract:** The Battle of Jenipapo took place on March 13, 1823, in Campo Maior in the state of Piauí. It was triggered by revolts by separatist groups fighting for Brazil's independence against Portuguese troops led by Major Fidié. This work aims to highlight not only the battle, but all the heritage generated in the post-war period that was forgotten, especially in the national context. Among the existing heritage resulting from the conflict are the Battalion Cemetery, the Battalion Monument and a museum that protects ancient pieces and archaeological artifacts from the battle. There is a strong religious manifestation around the cemetery, where the community prays and makes their requests and thanks through ex-votos. Therefore, it is important to understand how this silence generated traditions that highlighted the elite, covering up their mistakes, placing them as heroes. **Keywords:** Heritage, Batalha do Jenipapo, Memory.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na III Semana de Arqueologia da UFPE.

<sup>2</sup> Doutoranda em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

## Introdução

Os estudos sobre a Batalha do Jenipapo partiram a princípio de autores locais que retrataram este episódio histórico, como exemplo, Monsenhor Chaves (2006), Fonseca Neto (2010), Abadias Neves (2006), Odilon Nunes (2007), e de pesquisas no campo da arqueologia como Carvalho e Cavalcante (2011); Carvalho (2014), Castelo Branco (2017; 2018) a fim de compreender melhor o seu contexto histórico. Geralmente fatos sobre violência, guerras e batalhas na maioria das vezes se têm primordialmente a versão da História Oficial ou uma versão de quem a escreveu.

Segundo Johny (2012) esta batalha e o Piauí não estão incluídos no contexto do estudo da História Nacional, e como consequência nem as suas contribuições para entendermos este processo histórico. Com isso podemos perceber que existe uma lacuna dentro da nossa própria história.

À medida que a pesquisa sobre este tema progrediu, questionamentos e novas reflexões surgiram como, por exemplo, por quanto tempo tivemos nossas raízes e histórias contadas por quem nos escravizou, torturou e explorou? Durante quantas gerações tivemos que nos acomodar com o nosso “descobrimento”? E quem foram esses que sofreram e sofrem até hoje por nosso silêncio? Para responder a essas indagações a Arqueologia vem se tornando cada vez mais eficiente, pois além dos dados escritos e organizados pela História, ela trabalha com os “restos materiais” deixados pelas gerações pretéritas como afirma o autor Zarankin (2008).

O autor ainda aborda como a História Tradicional<sup>3</sup> trabalhava, prioritadamente, com fontes escritas concebidas desde o poder, trazendo assim versões parciais deixando esquecidos grupos como indígenas, mulheres, negros, pobres, velhos, crianças. Sobre estas questões e de acordo com Paoli,

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente de generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade com critérios para a consciência de um passado comum.

---

<sup>3</sup> Seria uma história positivista, relatando versões referentes ao ponto de vista do vencedor.

Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar solicitações por uma memória social que venha baseada em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. (Paoli, 1991, p. 21).

Em consequência disso, percebermos o quanto perdemos historicamente e culturalmente quando silenciemos a versão dos grupos sociais menos privilegiados. Neste fragmento do texto de Paoli (1991) fica claro o posicionamento do autor ao entender que a sociedade evita tocar em assuntos polêmicos pelo conflito que isto poderia gerar. E mesmo que o tema da Batalha do Jenipapo esteja inserido em um contexto nacional, o fato tem um alcance apenas local pelo desconhecimento dele, em razão das poucas pesquisas com alcance nacional e internacional. Sobre o contexto da época Brandão (1994) fez a seguinte observação:

O grito de independência é um desabafo, um impulso. Nos outros países a Independência se fez preceder de demorados conciliábulos, de memoráveis assembleias. Foi sempre ato coletivo, pensado, solidamente gravado em documento. Entretanto, nós a fizemos simbolicamente, romanticamente, quando o arrebatado Príncipe deu o famoso brado (Brandão, 1994, p. 11).

O autor faz referência, na citação acima, a pontos levantados nesta pesquisa sobre o processo de Independência do Brasil sendo uma independência simbólica e romântica de um heroísmo inexistente. Com a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e seu lema de liberdade, fraternidade e igualdade, tais movimentos conseguiram espalhar-se por todo o continente europeu, prenunciando a decadência do Antigo Regime.

Contudo durante os anos em que a Família Real esteve presente em solo brasileiro até o momento do seu retorno a Portugal e do chamado “grito de Independência”, quem são lembrados no dia 7 de setembro? Lembramo-nos apenas de D. Pedro como o herói de nossa nação que nos “libertou”? Ou ainda, como perceber o romantismo gerado a fim de acreditarmos em uma “independência” sem lutas, sem mortes, sem massacre e sem violência? Acreditamos que ao fazer essas reflexões aguçamos nosso senso crítico e começamos de fato a questionar as Histórias que nos foram impostas.

Em uma pesquisa toda história precisa ser questionada e não apenas aceita, ainda mais quando tratamos de assuntos delicados como batalhas, guerras e conflitos. Normalmente esses assuntos são contados por apenas um dos lados e normalmente é o do vencedor. Quando

acreditamos na História de uma nação baseada na construção pelos conquistadores e pelos opressores perdemos a essência do que tal fato representa. Quando isso acontece perde-se muito do contexto histórico, como afirma Lima et al. (1993) ressaltando que a consequência do não registro dessas histórias traz a necessidade de reinterpretação da História Oficial<sup>4</sup>,

Para dar voz a minorias étnicas e a segmentos subalternos, oprimidos, desfavorecidos, ou marginais, que não puderem registrar sua própria história, recuperar memórias sociais, reinterpretar a História Oficial, resgatar elementos e práticas da vida cotidiana, sobre os quais normalmente não se escreve, e assim por diante. Campos de batalha, quilombos, simples unidades domésticas, becos urbanos, quintais, carimbos, povoados, fazendas, senzalas, tecnologias de processamento de determinados materiais entre outros, passaram a ser valorizados como objetos de investigação (Lima et al. 1993, p. 228).

Ao lembrarmos-nos dos grandes acontecimentos e quando os comemoramos, esquecemos o que esteve por trás desse momento. Essas grandes datas são apenas o estopim, pois as histórias não contadas ou não abordadas que expressam em sua maioria os reais motivos que levaram a tais fatos foram sufocados. Quando analisamos isto será que temos imparcialidade na história? Não de buscar uma verdade, mas da história contada repercutisse em todos os níveis sociais. Será que podemos confiar integralmente nela a ponto de não a questionar? Não que haja um ganhador ou perdedor, mas quando não consideramos os grupos excluídos parte de nossa identidade também não se perde?

Nem sempre nós pesquisadores teremos tempo hábil para realizar tais tarefas, algumas histórias realmente nunca serão contadas, pois antes, porém, deve haver o interesse de alguém por tal tema. Quando em nossas pesquisas lidamos com memórias devemos compreender que elas se perdem juntamente com aqueles que as detém. Neste breve relato destaca-se a urgência de pesquisas neste âmbito, pois “este passado com finalidades no presente, podem contribuir no processo de construção identitária de comunidades étnicas, religiosas, nacionais, tribais, familiares” (Carvalho, 2011, p. 7). Essas memórias interferem diretamente na configuração de

---

<sup>4</sup> Ela parte do pressuposto de uma historiografia que beneficia quem está ao poder e aos seus interesses (Silveira, 2011).

uma nação, por isso é importante preservá-las seja de um grande acontecimento histórico ou não.

### **A Batalha do Jenipapo**

Sobre o processo de Independência do Brasil Malerba (1999) afirma que com os avanços das tropas napoleônicas em solo português, obrigou a D. João VI a mudar-se com toda a sua Corte e Família Real para o Brasil em 1808. De acordo com o autor este acontecimento marcou o início da emancipação política da então colônia portuguesa. Com o processo de aberturas dos portos às nações amigas o Brasil deixa de estar isolado economicamente e com isso o pacto colonial se encerra.

A estadia da Família Real a princípio trouxe alegrias e festas para a colônia. Sua sede no Rio de Janeiro resultou em modificações na vida da população para além das construções como a Real Biblioteca e a Imprensa Régia, mas promoveu alterações significativas no modo de vida, nas vestimentas e na cultura em geral (Malerba, 1999).

Em 1821 D. João VI abandona o Rio de Janeiro retornando para Portugal, deixando no Brasil seu filho o Príncipe D. Pedro I encarregado dos negócios do país (Neves, 1974). O retorno da Família Real e sua Corte para Portugal significava prosseguir com a colônia para restabelecer suas riquezas perdidas com as invasões napoleônicas. Mas o povo brasileiro já havia experimentado o poder de tomar suas próprias decisões e retornar à condição de colônia não mais se cogitava, e a perspectiva seria certamente evoluir em seu processo de emancipação política.

Como era de interesse de D. João VI continuar com essas terras ele não só manda seu afilhado, mas ele envia um de seus melhores soldados. Para o Monsenhor Chaves (2006) Fidié era conhecido pela sua destreza frente ao perigo, ele não era apenas um líder experiente em batalhas, mas um ótimo estrategista. Em suas batalhas além de liderar as suas tropas ele sempre estava à frente em seus confrontos. Então não era se esperar resistência a princípio, pois onde Fidié passava as pessoas fugiam, se escondiam. Em determinados momentos era possível encontrar pelo trajeto feito pelas tropas diversas fazendas de gado, casas, mas quando chegavam lá encontravam as propriedades vazias, pois não era uma boa ideia ficar próximo de

soldados tão indisciplinados. Quando chegavam nesses lugares eles saqueavam e matavam (Chaves, 2006).

Ao chegar ao solo brasileiro em agosto de 1822, Fidié dirigiu-se à Capital da Província do Piauí, Oeiras, onde assumiu a função de Governador das Armas e ali prepara seu exército para alguma eventualidade em relação a qualquer tipo de reação. Apesar de seus esforços não impediu que a Vila de Parnaíba se declarasse publicamente favorável às determinações do Príncipe D. Pedro I em anunciar a todos um Brasil separado de Portugal. Sabendo do ocorrido o Major Fidié organizou as suas tropas e se puseram em marcha rumo ao litoral da província com o intuito de abafar o movimento separatista.

Chegando à vila de Parnaíba encontrou-a completamente vazia, pois algumas lideranças haviam saído em busca de reforço na Província do Ceará para conter as tropas portuguesas. Sendo assim, com uma vila sem nenhuma autoridade política, o Major Fidié fez daquele local seu quartel general por alguns meses até acontecer algo inusitado na Capital Oeiras. Na ausência de Fidié, algumas lideranças ligadas a Manuel de Sousa Martins, o futuro Visconde de Parnaíba, desejosos de ascensão ao poder, aproveita a oportunidade e declara em praça pública sua adesão a D. Pedro I e ao movimento pela “Independência do Brasil” e se inicia um processo de articulação para um possível, ou certo, confronto com as tropas de Fidié (Chaves, 2006).

Ao saber do ocorrido o Major Fidié iniciou uma nova caminhada de volta para a Oeiras. Havia rumores de que na Vila de Campo Maior populares estariam se articulando para conter as tropas de Fidié, ali mesmo. Contudo isto jamais o desencorajou a continuar sua caminhada rumo à capital. “Na véspera do 13 de março de 1823, as tropas de Fidié já se encontravam acampadas na Fazenda Canto do Silva, a cerca de 10 quilômetros da travessia do Rio Jenipapo” (Carvalho, 2014, p. 56), esta travessia está sendo estudado na tentativa de identificar esta localidade dos caminhos antigos percorridos pelas tropas portuguesas.

De acordo com Monsenhor Chaves (2006), em contrapartida na Vila de Campo Maior reunia-se próximo de dois mil homens vibrando como se voltassem de um triunfo em frente à Igreja de Santo Antônio na atual Praça Bona Primo, a principal praça da cidade, onde todos reuniam-se para lutar, ninguém se recusou ou se acovardou e cada vez mais a multidão crescia para o combate à espera dos portugueses (Chaves, 2006).

Havia reforços de militares, mas as armas existentes eram muito poucas em comparação ao que iriam enfrentar com as tropas de Fidié. “Se já não bastasse a falta de armamento por parte dos colonos que se armaram com paus, pedras, facões eles eram lavradores, vaqueiros, roceiros, cozinheiras, oficinairos e completamente despreparados militarmente” (Fonseca Neto, 2010, p. 9). Percebe-se que as pessoas que participaram desta batalha não tinham preparo militar e nem armas para irem à luta.

Para Chaves (2006, p. 8) “as poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para eles, a falta de armas, tão sugestionada ia com a certeza do triunfo”. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer.

Era de se esperar um encontro arrasador, eles eram tidos como loucos andantes de bom grato para a morte, pois enfrentar as tropas portuguesas era sem dúvidas uma sentença de morte “[...] só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens que iriam partir ao encontro de Fidié [...]” (Chaves, 2006, p. 88). Como civis, sem armas e sem experiências em batalhas, poderiam vencer o exército tão forte e preparado de Fidié?

O discurso de unidade apregoadado pelas elites durante a guerra de independência, num momento tão crucial como aquele, pode ser entendido como uma tentativa de fortalecimento da causa libertadora, mas estabelecer um ideal nacionalista numa tentativa de criar um elo indenitário entre povo e nação requeria muito mais que discursos inflamados por membros da elite. O nacionalismo e a nacionalidade precisariam ser inventados no Brasil (Johny, 2015, p. 42). Podemos perceber que o discurso do patriotismo não foi exatamente o que levou os colonos a irem para a batalha, possivelmente os motivos estariam ligados há problemas que os envolviam particularmente como a economia local e a instabilidade em que o Piauí estava vivendo como afirma Johny (2015).

A estratégia utilizada pelos independentes seria cercar a entrada de Fidié por todos os lados, sendo assim nos caminhos percorridos por ele haveria uma bifurcação que daria este acesso por dois lados e ali estariam também os eles à espreita. Como estratégia, Fidié dividiu suas tropas, ele com sua artilharia seguiria pela esquerda e a cavalaria pela direita, e assim surpreender e atacá-los por todos os lados.

Infelizmente quando os independentes se depararam com a cavalaria começaram a atacar e os que guardavam o lado que Fidié iria entrar ficaram com a passagem livre, pois eles achavam que toda a tropa estaria do lado oposto a eles (Chaves, 2006). Neste cenário o encontro foi brusco e violento. Diante disto se iniciou o desastre, os colonos sem estratégia consolidada abandonaram seu posto precipitadamente ao ouvirem o confronto. Fidié ao saber do ocorrido avançou ao encontro dos colonos e estes os atacando por todos os lados, num corpo a corpo violento e rápido (Chaves, 2006).

As tropas de Fidié arrasavam os independentes no campo de batalha, as perdas foram inestimáveis para ambos os lados. “Eles não lutavam mais arrastavam-se para a morte” (Chaves, 2005, p. 87). As tropas portuguesas também tiveram suas perdas, mas nada comparado ao que a Vila de Campo Maior teve. Logo após essas cinco horas de batalha ela se findou pela exaustão de ambos os lados, do forte calor e por não terem mais estrutura de continuar.

O Major Fidié (1942) relatou em seu livro que apenas dezesseis soldados morreram neste enfrentamento e que os seus mortos foram enterrados na região do Jenipapo antes de partirem para o Maranhão, onde foi capturado, preso e levado de volta para Portugal onde foi recebido como herói (Chaves, 2006, p. 91). Na Vila de Campo Maior centenas de colonos foram mortos pelas balas dos canhões e armas portuguesas, existe a possibilidade de que muitas famílias levaram seus entes queridos para serem enterrados em outras vilas próximas, ou, em outros cemitérios já existentes e alguns enterrados no local de sua morte, no próprio local da batalha. Para os campo-maiorenses esta data de 13 de março de 1823 é lembrada até os dias atuais. Passados 200 anos de seu acontecimento, ela é motivo de orgulho pela população onde eles depositam sua fé, memória, gratidão pelo ocorrido.

### **A Arqueologia Histórica no Cenário da Batalha do Jenipapo**

A Arqueologia é a ciência que estuda o comportamento do Homem e sua cultura material e imaterial desde o seu surgimento até hoje. Ela também estuda o contexto social onde o ser humano está inserido dentro de determinados grupos, suas funções e estilo de vida. E através dos restos materiais deixados por sociedades passadas, é possível o estudo dos materiais vividos por eles (Najjar, 2005). A Arqueologia também é uma ciência interdisciplinar que engloba outras

áreas tais como: a Geomorfologia, Química, Antropologia, Biologia, Arquitetura, Geografia, dentre outras.

Nos meios de comunicação, a Arqueologia quase sempre é tratada como uma aventura, cheia de mistérios, e uma referência a tesouros perdidos. Temos grandes personagens na cinematografia que ao falar em Arqueologia nos vem à mente como Indiana Jones, Lara Croft, seriados como Caçadores de Relíquias e grandes jogos eletrônicos como Tomb Raider e Uncharted. Observando em todos eles a Arqueologia sempre está ligada ao antigo, à magia e às riquezas, ao mistério sobre o desconhecido e o antigo. Isso se eleva ao imaginário popular dando lugar a certos paradigmas difíceis de distanciar da Arqueologia, como já foi dito anteriormente associar os profissionais de arqueologia a aventureiros ou caçadores de recompensas.

Quando Trigger (2014) se refere à reação do público diante dos achados arqueológicos, indica a necessidade de inserir a arqueologia no contexto social, pois para ele a imagem popular que se tem da arqueologia é de uma disciplina esotérica que não tem relevância dentro das necessidades e interesses da sociedade no presente.

Diante deste posicionamento do autor fica clara a visão que a sociedade tem sobre a Arqueologia, de uma ciência distante de sua realidade e que apenas desperta o sentimento de aventura e imaginação. Na minha realidade como arqueóloga pude comprovar isso na prática, quando me indagavam sobre o que a Arqueologia estudava, se trabalhávamos com dinossauros. E havia os que indagavam a mim sobre a utilidade dela atualmente, pois em suas concepções estudar o passado é interessante, mas não viam a Arqueologia como uma ciência que constrói conhecimentos.

A Arqueologia durante muito tempo esteve ligada a outras ciências numa condição subalterna e mesmo quando conseguiu caminhar sozinha teve ainda um longo percurso para de fato ser aclamado como ciência, o que dificultou por muito tempo seu espaço dentro da academia. Felizmente esses conceitos foram se desmistificando e passando por vários processos. Sua evolução se inicia já nos anos 1960 no Brasil e passou por algumas etapas. Inicialmente ela era chamada Arqueologia de gabinete, e se tratava de escavações sistemáticas, com artefatos inventariados, catalogados e guardados, não passando de uma “ciência” altamente técnica e que prezava por paradigmas limitados pelos conceitos da História.

A Arqueologia ao longo do seu processo desenvolveu três correntes teóricas fundamentais. A corrente teórica denominada de Histórico Culturalista que visava basicamente uma arqueologia que prezava pelas descrições documentais, exemplificando, se fosse encontrada determinadas peças de cerâmicas, elas seriam apenas catalogadas, inventariadas, localizadas em algum sítio de um determinado local, sem nenhuma interpretação. Symanski (2009) ao fazer referência a esta abordagem Histórico Culturalista ele diz que os arqueólogos,

[...]valiam-se de princípios teóricos e metodológicos da arqueologia histórico-cultural, aplicados tanto aos sítios pré-coloniais quanto aos sítios históricos, com ênfase na identificação e delimitação espaço-temporal de complexos de artefatos, os quais eram diretamente associados a populações específicas (Symanski, 2009, p. 2).

Com o advento do Processualismo<sup>5</sup> os arqueólogos já se permitem fazer interpretações, porém ainda está muito presa e limitada às suas análises, pois grande parte do olhar do profissional está no objeto e não no que o compõe e está em sua volta. Sobre estas questões Trigger (2014) afirma que: “A interpretação funcionalista de dados arqueológicos por muito tempo foi parte integrante dos estudos a respeito das relações entre culturas e seus ambientes, e de como os artefatos foram feitos e usados” (Trigger, 2014, p. 350).

O Pós-Processualismo<sup>6</sup> propôs novas análises dos artefatos, dos documentos, uma visão vasta de interpretações que possam ir além do que os nossos meros olhos conseguem perceber. Podemos identificar o avanço da Arqueologia com novas ramificações que foram surgindo como, por exemplo, Arqueologia do Gênero, Arqueologia da Repressão, do Conflito, Simetria, dentre outros. Neste momento vemos como se expandiu a Arqueologia e principalmente a Arqueologia

---

<sup>5</sup> Apenas no início da década de 1990 é que os ecos tardios da profunda revolução que o Processualismo operou na disciplina começaram a ser ouvidos na nossa arqueologia histórica, mais de vinte anos depois, portanto, penetrando timidamente no trabalho de alguns pesquisadores. Mesmo assim, os pilares dessa arqueologia positivista- ou seja, uma arqueologia com rigor científico e objetividade, dedução e previsibilidade de fenômenos- nunca chegaram a ser incorporados de fato à pesquisa arqueológica histórica entre nós (Lima, 2002, p. 8).

<sup>6</sup> [...] o pós-processualismo passou a ser o indivíduo. E a influência do ambiente sobre as questões humanas passou a ser entendida como apenas indireta, mediada pela estrutura social e pelas ideias. Consciente da complexidade das relações sociais, o movimento pós- processual partiu para o estudo da dinâmica interna das sociedades, das relações de poder, dos conflitos de classe e de gênero dentro de contextos históricos específicos. E isto era tudo o que a arqueologia histórica mais queria e precisava, para se firmar como um campo capaz de dar contribuições consistentes às ciências sociais (Lima, 2002, p. 9-10).

Histórica. A abrangência desta linha é bastante diversificada e o que chama ainda mais a atenção é sua atuação no contexto social em que vivemos.

Diversas vezes fui confrontada com certos questionamentos como: por que continuar a financiar as pesquisas arqueológicas? Qual a importância da arqueologia em um mundo que visa o progresso, a modernização e tecnologias? Arqueologia estuda o que mesmo? Logo vinham as respostas prontas do tipo: “para entendermos o presente precisamos entender o passado”, “é o estudo do homem no passado, especificamente desde o seu surgimento” ou “para sabermos pra onde estamos indo, precisamos saber através do passado o motivo dessas transformações”. Apesar de todas estarem corretas, particularmente percebia certa frustração por parte de quem recebia minhas respostas.

Obtive uma resposta para tais questionamentos: a Arqueologia é o estudo das pessoas a partir da Cultura Material deixada por elas e através de documentações em que a Arqueologia Histórica estuda a narrativa oficial que nos foi imposta, sendo está um grande poder em suas mãos: a construção do conhecimento reinterpretando a História “tradicional”, um conceito discutido por Zarankin em uma aula de Arqueologia Histórica.

É interessante ressaltar que os restos arqueológicos podem ser interpretados de diferentes formas. Esta maneira de examinar e apreender a partir de análises da arqueologia mudaram ao longo do tempo, em especial na Arqueologia Histórica. Então cada uma tem sua abordagem e “seu próprio mérito e nenhuma perspectiva pode ser considerada absoluta e completamente” errada ou certa (Orser, 1992, p. 59). Então cada ponto de cada pesquisa tem seus pontos fortes e como arqueóloga pode-se escolher a melhor perspectiva no campo de pesquisa escolhido.

Termos a capacidade de construir narrativas dando sentido as coisas e construir o passado para construir o presente é uma responsabilidade muito grande. Conseguir construir a história dos que foram calados, que tiveram suas histórias interrompidas ou destruídas e quem sabe obter justiça, como por exemplo, no caso das ditaduras, seria um grande passo para possíveis mudanças no cenário atual. Isto basicamente responde a priori todas as perguntas colocadas anteriormente. Aqui está uma das maiores contribuições dentro desta construção do

conhecimento a ser abordados pela Arqueologia da Repressão e do Conflito<sup>7</sup> e os pontos de contribuições para a pesquisa de mestrado ao qual proponho realizar.

Diante das colocações teóricas expostas em sua Tese, Carvalho (2014) ressalta a “importância dos conhecimentos arqueológicos nas pesquisas históricas”, justificando que a “arqueologia investiga um passado que está soterrado” e do qual na maioria das vezes não existe registro. E no contexto histórico da Batalha do Jenipapo ela levanta dois questionamentos importantes: “poderíamos examinar quais elementos da memória em relação à Batalha do Jenipapo estão soterrados e quais estão sendo evidenciados?” “Quais deles estão sendo ofuscados e com o tempo desaparecerão?” (Carvalho, 2014, p. 30).

Ao iniciar uma pesquisa precisamos traçar os objetivos que queremos alcançar, lançamos algumas teorias baseado em estudos anteriores ou nas evidências ao longo dela. Durante a pesquisa de Amparo Carvalho (2014) em sua tese ela faz uma observação muito importante do trajeto percorrido pelas tropas portuguesas até finalmente chegarem ao confronto. Um possível acampamento de Fidié e sua Artilharia e pouco mais distante outro acampamento de sua cavalaria. É o estudo de conflitos e confrontos bélicos do passado (Landa; Montanari; Romero, 2011).

O acampamento de Fidié compreenderia vários espaços na localidade onde hoje é conhecida como Fazenda Alecrim. Sua cavalaria poderia ter acampado no chamado Capão do Fidié. Locais muito próximos um do outro e há poucos quilômetros do confronto. Entender a dinâmica de como as tropas se articulava naquele local e os caminhos em que as tropas percorreram e narrar à história sobre o ponto de vista da Arqueologia Histórica é o grande objetivo desta pesquisa.

---

<sup>7</sup> [...] ação de grupos políticos civis e militares que depuseram João Goulart e assumiram o poder, definindo novas diretrizes políticas para o País, também responsáveis pela interrupção da democracia entre 1964 e 1984 e pelo autoritarismo característico da Ditadura Militar Brasileira (Costa, 2013, p. 5).

### **As Memórias deixadas pela Batalha do Jenipapo, o Cemitério e o Monumento do Batalhão**

Qual a influência deste acontecimento regionalmente e nacionalmente? A Batalha do Jenipapo não possui reconhecimento nacional, é pouco lembrada nos livros de Histórias durante a vida escolar de diversos alunos no país. Para Silva,

A batalha do Jenipapo é um episódio que precisa ser colocado nos livros didáticos e tema a ser desvendado desde o ensino fundamental até chegar o ensino médio dentro da disciplina de História. Os livros didáticos de história que, culturalmente, são mais estudados nas salas de aulas, não trazem esse assunto para o interior das salas de aula. Isso contribui para que muitos continuem sem saber que o Piauí foi palco de importante luta pela independência (Silva, 2011, p. 2).

Academicamente ainda não há mudanças significativas sobre esta situação, pois os próprios cursos de História ministrados nas universidades do Piauí, pouco abordam este tema, e quando o fazem, percebe-se o despreparo do conhecimento sobre este tema. A grande questão a ser levantada sobre o reconhecimento da batalha por si só não gera nenhuma mudança, mas precisamos compreender que houve na história centenas de pessoas que deram suas vidas em prol de um ideal.

Em Campo Maior, a presença a batalha é forte, não apenas por ter sido o local do confronto, mas do patrimônio edificado da pós-guerra. O Cemitério do Batalhão talvez seja uma das referências mais flórea, devido a religiosidade presente. A população em geral acredita que nele residem os corpos dos que participaram e foram mortos nesta guerra. Até o momento não se sabe se realmente há pessoas enterradas provenientes da batalha, mas a devoção às almas dos soldados existe. Neste cenário, após a comemoração dos cem anos da Batalha do Jenipapo em 1923 foi construído pelo governo municipal uma coluna de alvenaria, foi uma das primeiras manifestações realizadas. Para Fonseca Neto (2010) a utilidade dessa construção ficou esquecida no meio de toda aquela mata.

Os reflexos são bem nítidos em questões monumentais, como afirma Carvalho (p. 236, 2011) “as imagens e narrativas onde o mito e história se cruzam, a memória social da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior, desafia reflexões sobre identidades e patrimônio”. No texto de Carvalho (2011) ela levanta um discurso interessante quando trata do momento que as narrativas em torno da Batalha do Jenipapo se cruzam e de certa forma se tornam identidades

e patrimônio de um povo. O poder que a memória social tem de transformar narrativas como identidade de um determinado povo e dependendo de sua intensidade incorporar em forma de patrimônio seja ele material ou imaterial.

O Cemitério do Batalhão é um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Livro Históricas e no Livro Belas Artes. Infelizmente apesar de ser um bem tombado, era necessária uma fiscalização deste sítio histórico, pois com exceção as datas do 13 de março, 7 de setembro e 2 de novembro ele fica abandonado e esquecido pelo poder público, por quem o gerencia e pelos órgãos fiscalizadores.

Ao analisar a Figura 1 podemos observar vários montículos de pedras e cruzes que representam os combatentes mortos durante a Batalha do Jenipapo. Este sítio histórico possui uma forte presença religiosa e o local é visitado diariamente por devotos e turistas dos mais diversos lugares do Brasil e do mundo. É possível também observar nessa imagem, a presença de muito mato, o que restringe a comunidade de acender velas nos túmulos.



Figura 1: Cemitério do Batalhão. Fonte: Branco, 2023.

Na Figura 2 algumas pessoas vêm pagar promessas depositando seus ex-votos em forma de bonecos, pernas de bonecos, representando as partes do corpo que precisam ser curados, outros trazem TCC, dissertações, teses ou mesmo apostilas de concursos almejando as suas conquistas e aprovação respectivamente. Há também a presença de santos, correntes e terços.



Figura 2: Ex-votos deixados no Cruzeiro. Fonte: Branco, 2023.

Na Figura 3 acima representa o Cruzeiro um lugar de devoção, simbolismo e espiritualidade onde as pessoas rezam e acendem velas tanto para seus entes queridos que já se foram, como também para as almas do batalhão. Além disso, populares da região afirmam que o local onde o cruzeiro está fincado seria supostamente o local onde os corpos dos combatentes estariam enterrados, possivelmente em uma vala comum.



Figura 3: Cruzeiro, localizado no Cemitério do Batalhão. Fonte: Branco, 2023.

O Monumento do Batalhão foi construído no ano de 1974 durante o governo do Alberto Silva tendo como objetivo lembrar a batalha, homenageando os Heróis do Batalhão. O interessante desta construção foi a época em que ela foi feita, estávamos em plena ditadura onde se tinha um regime de opressão, censura e repressão, mas esta construção traz conceitos de liberdade, de lutas por independência (Fonseca, 2010).

Analisando este contexto pode-se obter algumas conclusões, a partir da criação deste monumento ela estaria ligada ao poder político de quem estava no poder, mas do que realmente se importar com o que está sendo representado através desta construção.

Na Figura 4 é possível observar as duas escadarias, logo ao fundo o museu e um dos canhões expostos na entrada. No contexto dessa estrutura fica claro que o monumento foi construído mais com o intuito turístico do que para o contexto da batalha. Não são erradas as construções que almejam pontos turísticos, pois isto traz renda, economia, divulga a cultura, o problema se encontra quando o momento, ou o monumento fala mais alto ao seu propósito de criação. Carvalho (2011, p. 8) faz referência ao Monumento como “tudo aquilo edificado por uma comunidade de indivíduos tanto para rememorar quanto visando a que outras gerações rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”.



Figura 4: Monumento do Batalhão. Fonte: Branco, 2023.



Figura 5: Um dos canhões expostos no pátio do Monumento do Batalhão. Fonte: Branco, 2023.

Quando se chega neste contexto saindo do monumento e começa a adentrar ao cemitério gera uma espécie de passagem, é como se sentisse entre dois mundos. Um mostra imponência e está lá para quem chegar, já no outro se sente que foi feito para o propósito real, lembrar e homenagear quem deu sua vida pela liberdade (Figura 5).

Sobre as pessoas que participaram desta batalha, não se conhece até a atualidade quantos morreram ou não se sabe ao certo quantas pessoas de fato participaram. E infelizmente a História é contada e recontada sob as mesmas perspectivas de uma visão do que se supõe tudo sobre a batalha.

A Arqueologia Histórica apresenta uma abordagem a partir da historiografia com uma visão mais ampla e pós-processual<sup>8</sup>, pois a Arqueologia Histórica traz o desenvolvimento de uma visão mais crítica em seus métodos em campo e nos laboratórios, consolidando seu campo teórico, já que a Arqueologia era considerada apenas uma disciplina auxiliar (Carvalho, 2014).

A Arqueologia sendo uma ciência que procura entender o que houve com um determinado grupo no passado, precisa entender essa construção apenas fazendo interpretações do comportamento humano, suas ideias, a partir dos materiais remanescentes do que as pessoas

---

<sup>8</sup> “A Arqueologia pós-processual ou contextual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos” (Funari, 1992, p. 2).

fizeram e usaram no passado fazendo uma correlação do comportamento no presente de como esse comportamento reflete na sociedade a partir da cultura material (Trigger, 2004).

Contudo, a importância dos estudos da Batalha do Jenipapo a partir da interpretação da Arqueologia Histórica ocorre a partir de uma abordagem teórica e metodológica própria que pode contribuir para novas interpretações a respeito deste tema como é o estudo dos campos de Batalha. A Arqueologia Histórica, portanto, “democratiza o passado, iluminando a vida cotidiana das pessoas comuns que são invisíveis no registro documental” (Hal, 1991, p. 78).

### **Conclusão**

A Batalha do Jenipapo foi um confronto que pela sua duração e os regimes de governos instaurados perdeu-se muito sobre este fato. Mas através da memória, oralidade, documentos históricos e pelos autores locais se tem muitas informações sobre este fato e os avanços de pesquisas auxiliam nas novas interpretações.

Para Arqueologia Histórica em Campos de Batalha abre-se ainda mais as possibilidades de pesquisas futuras na região, como por exemplo, escavações arqueológicas para identificação de mais vestígios, entre eles, vestimenta, dietas alimentares, montagem de acampamento militar e estratégias de guerra. Assim como afirma em sua fala Carvalho (2014),

A partir dessa abordagem pelo viés da Arqueologia Histórica, se ampliam as análises e se abrem possibilidades para um maior conhecimento sobre o campo da Batalha do Jenipapo. Dessa forma, se podem precisar os locais mais adequados para se realizar futuras escavações, sejam no campo de batalha ou em outros locais que serviram de acampamentos provisórios das tropas. Certamente, esse acontecimento deve guardar histórias e particularidades bem interessantes em cada cidade. Falta apenas aos historiadores interessados empenho para publicar mais sobre esse acontecimento, entretanto esse debate deve-se manter em um elevado nível de discussão e nada melhor para isso do que comemorar essas datas com novas publicações fundamentadas em pesquisas que apresentem novos aspectos ainda não abordados pela historiografia (Carvalho, 2014 p. 238).

É muito importante que historiadores e arqueólogos sempre estejam juntos, pois uma ciência complementa a outra com suas teorias, metodologias. E entender que preservar o nosso patrimônio é resguardar o nosso passado.

## Referências

- ANDRADE, T. L. 1993. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). São Paulo. Anais do Museu Paulista. Nova Série n. 1.
- BRANCO, A. K. S. C. 2017. Cemitério do Batalhão (Campo Maior- PI): Pensando na Tradição Antes da Intervenção. Universidade Federal do Piauí. Teresina.
- BRANCO, A. K. S. C. 2018. Arqueologia em Campos de Batalha: acampamento, caminhos antigos das tropas da Batalha do Jenipapo. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Programa de Pós- Graduação em Arqueologia, Teresina.
- BRANDÃO, W. A. 1994. História da Independência no Piauí. Teresina. Comepi.
- CARVALHO, D. M. M; CAVALCANTE, J.R. 2011. Memória social da Batalha do Jenipapo em Campo Maior-PI: trilhas, enredos e patrimônio.
- CARVALHO, M. A. A. 2014. Batalha Do Jenipapo: Reminiscências Da Cultura Material em uma Abordagem Arqueológica. Rio Grande do Sul.
- CHAVES, J. M. 2005. O Piauí nas lutas da Independência do Brasil. 2ª ed. Teresina: Fundapi.
- SILVEIRA, P. T. DA. 2011. Qual o lugar da história oficial na história da historiografia? História da Historiografia, n. 7, p. 338-344.
- FIDIÉ, J. J. C. Vária Fortuna de um soldado português. 3ªed. Teresina: Fundapi, 1942.
- LANDA, C; MONTARANI, E. ROMERO, F. G. 2011. Arqueologia de Campos de Batalha. "A Verde", Primeiras Investigações (Partindo de 25 de Maio, Província de Buenos Aires). Universidade Nacional de Luján.
- LIMA, T. A.; BRUNO, M. C. de O.; FONSECA, M. P. R. da. 1993. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: a Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ (exploração arqueológica e museológica). Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova Série, 1: 179-206.
- LIMA, T. A. 2002. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. Estudos Ibero-Americanos, v. 28, n. 2, p. 7-23.
- MALERBA, J. 1999. O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX / Jurandir Malerba. -- Maringá :Eduem. 92 p. : il.
- NAJJAR, R. 2005. Arqueologia Histórica: manual. Brasília: Iphan, 124p.
- FONSECA NETO, A. 2010. Jenipapo: Riacho irrigado com sangue de esperança. Teresina.
- NEVES, A. A. 2006. Guerra de Fidié. 4. Teresina. Fundapi.
- ORSER, C. E.; FUNARI, P. P. A.1992. Introdução à arqueologia histórica. Oficina de Livros.

PAOLI, M. C. 1991. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, p. 21.

SILVA, D. A. 2011. A Batalha do Jenipapo. <http://www.brasilecola.com..>

SYMANSKI, L. C. P. 2009. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão os últimos vinte anos. Ed: Annablume/Acervo.